

blemas; superação da oposição campo x cidade, como entidades distintas relacionadas apenas em termos de produção e consumo, admitindo-se para sua compreensão e seu estudo referenciais amplos e integradores, e exemplo da concepção de espaço como totalidade ou a perspectiva da percepção; superação de referenciais estruturalistas convencionais e/ou esquemas analíticos tradicionais pelo resgate de abordagens e óticas mais abrangentes –política, gestão do território – fazendo emergir o Estado, a empresa, forças sociais diversas e o próprio espaço, como agentes e atores do processo espacial; superação de problemas referentes a questões de escala; reflexão quanto à prática social da investigação, que implica tornar viáveis ou exequíveis os resultados da pesquisa geográfica.

Esses verdadeiros compromissos de renovação da Geografia Agrária, embasados em ótimo/diversificado referencial bibliográfico, servem como mais um dos muitos legados que Maria do Carmo Galvão nos deixa. Não é necessário concordar com alguns nem com todos eles para refletir e dialogar com tais formulações, ao se pensar sobre a questão agrária e as possíveis contribuições da Geografia Agrária à mesma.

Enfim, a excelente seleção de trabalhos efetuada pelas editoras serve como panorama fiel da obra escrita por Maria do Carmo Galvão, sua maneira de pensar a geografia, o espaço e o trabalho dos geógrafos.

Como dissemos no início, o livro é leitura obrigatória para todos que pensam o fazer geográfico como prática dinâmica e uma das mais necessárias formas de contribuição para a compreensão do mundo em que vivemos.

João Rua

***150 anos de Subúrbio Carioca*, por Nelson Nóbrega e Márcio Piñon Oliveira, Rio de Janeiro: Editora Lamparina e UFF, 2009, p. 240. EdUFF 978-85-228-0568-6, ISBN 978-85-98271-75-0**

Há mais de 40 anos o “subúrbio” carioca espera que se lhe escrevam outras histórias e outras geografias. Os termos “subúrbio” e “suburbano” são estigmatizados desde o princípio do século XX, quando as áreas que designam passaram a abrigar a maior parte da população de mais baixa renda devido ao desenvolvimento de um novo processo de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Assim, esses termos ganharam uma conotação negativa e são utilizados para fazer referência aos bairros da cidade que se formaram ao longo das linhas férreas e seus moradores.

Embora a geógrafa Maria Therezinha de S. Soares, em meados da década de 1960, tenha chamado atenção para a existência de um “conceito carioca de subúrbio” no Rio de Janeiro (ou seja, que os referidos termos estavam associados a conotações particulares na cidade), acabou adotando ela própria esse conceito ao escrever sobre os “bairros suburbanos” ainda na mesma época. De fato, só com a dissertação de Nelson da Nóbrega Fernandes, em 1995, iniciou-se um processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio”. Em sua dissertação, *“O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio no Rio de Janeiro”* (no prelo), Fernandes nos mostra como a palavra “subúrbio” passou a ser usada fora de seu conceito habitual (áreas distantes do centro da cidade) nessa cidade para denominar uma área ocupada por população de baixa renda. Ou seja, “subúrbio” sofreu

um *rapto ideológico*, que teve por função desvalorizar para dominar as classes sociais cujas moradias estavam localizadas naqueles bairros.

O “conceito carioca de subúrbio” esteve atrelado a uma série de representações negativas associadas a essa área e seus moradores. Estes eram considerados “atrasados”, “de mau gosto”, em oposição às representações positivas associadas à zona Sul carioca, onde até hoje se concentram as camadas de renda superiores, tidas como “modernas” e de “bom gosto”. Tais fatos, nas palavras de Milton Santos, levaram o “subúrbio” carioca a se tornar uma “zona opaca” para os muitos que não conseguiam ver na sua história e geografia algo contrário aos conceitos já tão sedimentados e refletidos numa imagem hegemônica de “região carente, destituída de valor para nossa sociedade, cultura, história e geografia”.

É justamente aquela visão distorcida que “150 anos de subúrbio carioca” vem desconstruir. O livro apresenta oito capítulos de historiadores, geógrafos, sociólogos e um arquiteto, cujos trabalhos foram apresentados num colóquio homônimo realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (Neurb) do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense, em 2008. Esse colóquio teve como objetivo lançar um olhar crítico, inter e multidisciplinar sobre os “subúrbios” do Rio de Janeiro.

Um primeiro aspecto do livro a fornecer uma contribuição relevante é mostrar que a área em tela teve sua história e formação muito diferente da visão das variáveis trens-subúrbios-proletários, delimitadora da imaginação e do pensamento corrente acerca do “subúrbio” carioca durante muitos anos. A urbanização dessa área também contou com a contribuição fundamental dos bondes, transporte rodoviário, indústria, consumo, seus habitantes e outros agentes públicos e privados. Além disso, o chamado “subúrbio carioca” foi palco de inovações e possui diversidades internas que foram demonstradas ao longo de vários capítulos. Trata-se de fatos que nunca haviam sido evidenciados antes.

O primeiro texto, “Quando os subúrbios eram arrabaldes”, do historiador Almir Chaiban El-Kareh, apresenta relatos de estrangeiros em visita ao Rio de Janeiro no século XIX, descrevendo como os subúrbios da cidade, incluindo bairros das futuras zonas Norte, Sul e suburbana (como Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Glória, Tijuca, São Cristóvão, Catumbi e Engenho Novo, por exemplo), eram procurados por uma população abastada que, desejando escapar do congestionamento e das epidemias do centro, procuravam tais localidades. Nesses arrabaldes (como eram chamados à época), onde se instalaram belíssimas chácaras, residências e hotéis, também chegaram itens de uma moderna infraestrutura, como o transporte por bondes e trens e a iluminação a gás, já em meados daquele século. Aos pobres, restava morar no centro em habitações coletivas ou cortiços.

O trabalho seguinte, do geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes e do historiador e doutor em geografia Alfredo César T. de Oliveira, é intitulado “Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista”. O texto traz à luz uma série de novas informações e enfoques não apenas sobre a história do subúrbio e da habitação social no Brasil, mas também sobre a própria história de nosso país. Antes de tudo, evidencia que a política na Primeira República não era totalmente liberal. Nesse contexto, como exceção, teve início o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) que, entre outras ações, começou a construir os primeiros conjun-

tos de habitação social do Brasil. Um desses conjuntos foi erguido às margens da ferrovia e deu origem ao bairro que levou seu nome. A vila Marechal Hermes, assim, era uma espécie de “vitrine” que permanecia sem ser vista. Estando à beira da estrada de ferro mais importante do país, via de ligação Rio-São Paulo, não havia sido reconhecida até então como precursora da habitação social no país. Esse reconhecimento de uma forma geral parece ter ocorrido na “Era Vargas”. O presidente Getúlio Vargas, de fato, deu continuidade ao projeto de Hermes da Fonseca, tanto na década de 1930 como nas décadas de 1940 e 1950 – nessa última fase através dos institutos de pensão. O texto também refuta a ideia de que a obra de Hermes seja comparável à inexpressiva intervenção do prefeito Pereira Passos, não apenas pelo porte como também pelas características intrínsecas.

A seguir, Márcio Piñon de Oliveira em seu texto “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu” mostra como a localização rural de uma fábrica pioneira (ou seja, ligada ao primeiro “surto industrial” do país [1889]) e incorporada principalmente pelo capital bancário teve um papel decisivo na estruturação do espaço do bairro de Bangu, através das estratégias de acumulação capitalista de mesma empresa. É uma contribuição da geografia que mostra a dialética e as sinergias existentes entre a acumulação capitalista da empresa e seu espaço, ambos moldando a trajetória de um e de outro. A localização rural, dentro do então Distrito Federal, levou a companhia a desenvolver uma série de estratégias para garantir força de trabalho, como a construção da Vila Operária, e, com a posterior expansão da malha urbana para o entorno, tornou possível lançar mão da estratégia de alienação de suas propriedades e de urbanização. Esses dois momentos de configuração do espaço são chamados pelo autor de “fábrica-fazenda” e de “cidade-fábrica”.

O arquiteto Antonio José Pedral S. Lins nos mostrou outros aspectos da segregação social dos “subúrbios” (ou seja, da segregação intrabairro) no capítulo intitulado “Ferrovia e segregação espacial no subúrbio”. O autor demonstra como a estrada de ferro contribuiu para dois tipos de segregação no mesmo bairro, usando como exemplo o caso de Quintino Bocaiúva. O desenvolvimento do transporte ferroviário, com o aumento crescente de sua velocidade, levou ao gradeamento e posterior construção de um muro ao longo da linha. Essas barreiras de proteção impossibilitaram a visão do “outro lado” do bairro e levaram à desvalorização dos terrenos ao longo da via. Os terrenos localizados ao longo do muro deixaram de ter uso residencial e passaram a ter usos menos nobres, como a instalação de oficinas, serrarias e outros serviços. Os dois lados do bairro Quintino Bocaiúva também passaram a ter ocupação diferenciada, devido não apenas à separação física mas também à permissão legal para instalação de indústrias ao longo de uma das margens, com conseqüente desvalorização do local. Assim, os moradores de um lado deixaram de interagir com os vizinhos do outro lado e passaram a frequentar mais outros bairros. Há até quem identifique o outro lado como um bairro distinto. Esse capítulo desconstrói a imagem hegemônica de um “subúrbio” homogêneo e ocupado apenas por pobres.

O quinto capítulo, “A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela”, é de autoria da socióloga e doutora em geografia Maria Lais Pereira da Silva. Com longa trajetória de estudos sobre as favelas cariocas, a autora, neste trabalho, verifica a história da favela no “subúrbio” carioca e as representações a elas associadas.

Relativamente à história das favelas na área “suburbana”, Silva demonstra que esta se baseia em razões estruturais e, portanto, está intimamente relacionada à própria história de expansão da malha urbana para os bairros ali localizados, como de resto ocorreu (e ocorre) também nas demais áreas da cidade. Entretanto, os operários fabris são mais numerosos nas favelas do “subúrbio” carioca do que naquelas da zona Sul, onde predominam os operários da construção civil e os trabalhadores em serviços. Na faixa “suburbana” observa-se também uma grande diferença relativamente às favelas de outras localidades: em geral, não tiveram origem em invasões e sim em loteamentos ilegais, muito precários, em sítios de difícil ocupação e, em alguns casos, originadas pela própria ação do Estado. Sobre as representações das favelas, a autora levanta associações (atraso, pobreza, carência) e dissociações com as de “subúrbio”, refutando sua hipótese inicial de que a favela também tivesse conhecido *um raptio ideológico*, todavia concluindo que existiram apenas *sequestros-relâmpago*, uma vez que a favela já havia surgido como a “parte pecadora” da cidade.

O texto seguinte, da historiadora Laura Antunes Maciel, intitulado “Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado”, baseia-se numa diferente análise de material já explorado por outros autores: a imprensa local. Com um olhar diferenciado sobre esses verdadeiros documentos, a autora consegue desconstruir e desmistificar o subúrbio como área homogênea, carente, sem refinamento e sem cultura. Desviando o olhar das matérias reivindicativas de melhoramentos dos jornais de bairros “suburbanos”, que só faziam enfatizar a segregação e a subalternidade dessa área, Maciel revela através de anúncios primorosamente ilustrados um “subúrbio” diversificado, onde havia um comércio variado e fino oferecendo confeitarias e restaurantes como opções de lazer para sua população. Além disso, esses periódicos davam voz a diferentes segmentos de classes existentes nos “subúrbios” (os setores médios e os trabalhadores), bem como às associações (p. ex., o Centro Progressista Suburbano, a Associação Comercial de Madureira e a Academia de Letras Suburbana).

O penúltimo capítulo é de Rolf Ribeiro de Souza, sociólogo e doutor em antropologia. O texto versa sobre “As representações subalternas dos homens suburbanos”. Partindo do princípio de que as relações de gênero não são dadas e sim construídas, Souza descreve como foram estereotipadas e estigmatizadas as relações de gênero dos “suburbanos”, tanto homens como mulheres, detendo-se mais no gênero masculino. Através da literatura, cinema e teledramaturgia, o autor nos mostra a representação do homem suburbano como masculinidade subalterna, pois estava associada a classes sociais dominadas e não hegemônicas e se manifestava sob a forma de *machismo*. Rolf desconstrói também essa imagem.

Por fim, temos o trabalho de Luiz Cláudio Motta Lima, que além de geógrafo e cineasta, é fundador e diretor do Cineclubes Subúrbio em Transe. O título de seu texto é “Rio, zona Norte: um olhar sobre o subúrbio carioca”. Nele, o autor demonstra como aparece uma ambiguidade nas representações do “subúrbio” em *Rio, Zona Norte*, um filme de Nelson Pereira dos Santos. Na maior parte desse filme, o subúrbio é retratado enquanto favela e referido no título como zona Norte, área que na verdade é composta por bairros de classes médias, como Tijuca, Rio Comprido, Grajaú e Vila Izabel. Fora essas ambiguidades já criticadas na época, a análise do filme enfoca a estação Central do Brasil e as linhas de

trens com seu entorno, mostrando também a diversidade do subúrbio, ora retratado como favela, ora como bairro constituído de simpáticas casinhas, e que (devido a técnicas de enquadramento) sempre parece acolhedor para a personagem principal, ao contrário da zona Sul, onde a mesma viveu suas piores decepções.

O livro organizado por Nelson Fernandes e Márcio Oliveira é um exemplo dos novos caminhos a trilhar para continuar no processo de desconstrução do “conceito carioca de subúrbio” e/ou do “rpto ideológico da categoria subúrbio”, eliminar os estereótipos decorrentes e dar aos moradores dessa parte da cidade o “direito ao passado” e a possibilidade de se verem como sujeitos da própria história, ao lado de outros agentes.

Elizabeth Dezouart Cardoso